

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 02 de agosto do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0171/2016

Conselheiro Relator: *Samuel Barrem da Silva*

Recorrente: **EXPRESSO NORTE SUL TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.104.121/2015-1 de 30/09/2015

Auto de Infração de Transporte nº 61399- SEMOB - Valor: R\$250,00

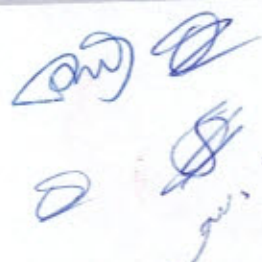
EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Omitiu horário de viagem programado para a linha das 08:52 hs conforme OSO nº 270514 . Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 1º, II da Lei nº 5.766/2013. Penalidade aplicada nos termos do Anexo I, Grupo III, Código de Infração "e" do mesmo diploma legal. Recurso intempestivo. Manutenção do Auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Recorrente notificado em 04/03/2016.
2. Recurso protocolado em 18/04/2016, decurso de 45 dias.
3. A Lei 5.766/2013, art. 15º e CTM art. 133 estabelece prazo recursal de 30 dias.
4. Juízo de admissibilidade, recurso rejeitado.
5. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso não conhecido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 02 de agosto do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0171/2016

Conselheiro Relator: *Samuel Barrem da Silva*

Recorrente: **EXPRESSO NORTE SUL TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.104.121/2015-1 de 30/09/2015

Auto de Infração de Transporte nº 61399- SEMOB - Valor: R\$250,00

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Paulo César Camargo Ramos; 3. Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Marli de Paula Vilella e 6. Jose Edemir Moreira Fernandes.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 03 de agosto de 2.016



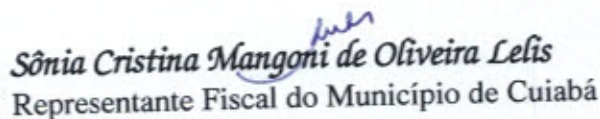
Pedro Marcelo Simone
Presidente da Turma



Samuel Barrem da Silva
Conselheiro Relator



Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 02 de agosto do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0172/2016

Conselheiro Relator: *Samuel Barrem da Silva*

Recorrente: **EXPRESSO NORTE SUL TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.000.266/2015-1 de 04/01/2015

Auto de Infração de Transporte nº 60440- SEMOB - Valor: R\$826,00

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Descumpriu notificação de nº 100996 de 04/12/2015. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 1º, II da Lei nº 5.766/2013. Penalidade aplicada nos termos do Anexo I, Grupo V, Código de Infração "a" do mesmo diploma legal. Recurso intempestivo. Manutenção do Auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Recorrente notificado em 04/03/2016.
2. Recurso protocolado em 18/04/2016, decurso de 45 dias.
3. A Lei 5.766/2013, art. 15º e CTM art. 133 estabelece prazo recursal de 30 dias.
4. Juízo de admissibilidade, recurso rejeitado.
5. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso não conhecido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 02 de agosto do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0172/2016

Conselheiro Relator: *Samuel Barrem da Silva*

Recorrente: **EXPRESSO NORTE SUL TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.000.266/2015-1 de 04/01/2015

Auto de Infração de Transporte nº 60440- SEMOB - Valor: R\$826,00

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Paulo César Camargo Ramos; 3. Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Marli de Paula Vilella e 6. Jose Edemir Moreira Fernandes.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

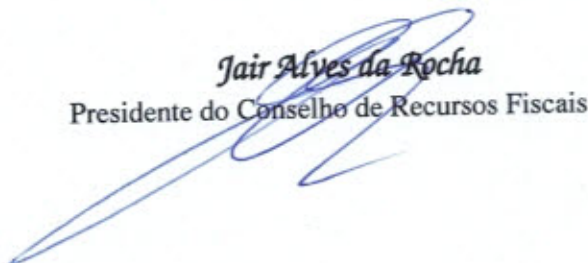
Cuiabá, 03 de agosto de 2.016



Pedro Marcelo Simone
Presidente da Turma



Samuel Barrem da Silva
Conselheiro Relator



Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 02 de agosto do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0173/2016

Conselheiro Relator: *Samuel Barrem da Silva*

Recorrente: **EXPRESSO NORTE SUL TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.000.260/2015-1 de 04/01/2015

Auto de Infração de Transporte nº 60439- SEMOB - Valor: R\$826,00

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Descumpriu notificação de nº 100996 de 04/12/2015. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 1º, II da Lei nº 5.766/2013. Penalidade aplicada nos termos do Anexo I, Grupo V, Código de Infração "a" do mesmo diploma legal. Recurso intempestivo. Manutenção do Auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Recorrente notificado em 04/03/2016.
2. Recurso protocolado em 18/04/2016, decurso de 45 dias.
3. A Lei 5.766/2013, art. 15º e CTM art. 133 estabelece prazo recursal de 30 dias.
4. Juízo de admissibilidade, recurso rejeitado.
5. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso não conhecido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 02 de agosto do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0173/2016

Conselheiro Relator: *Samuel Barrem da Silva*

Recorrente: **EXPRESSO NORTE SUL TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.000.260/2015-1 de 04/01/2015

Auto de Infração de Transporte nº 60439- SEMOB - Valor: R\$826,00

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Paulo César Camargo Ramos; 3. Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Marli de Paula Vilella e 6. Jose Edemir Moreira Fernandes.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 03 de agosto de 2.016



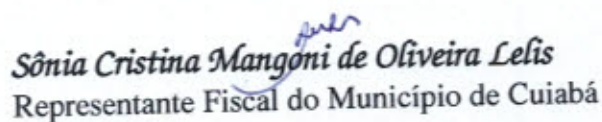
Pedro Marcelo Simone
Presidente da Turma



Samuel Barrem da Silva
Conselheiro Relator



Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 02 de agosto do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0174/2016

Conselheiro Relator: *Samuel Barrem da Silva*

Recorrente: EXPRESSO NORTE SUL TRANSPORTES LTDA

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.105.751/2015-1 de 05/10/2015

Auto de Infração de Transporte nº 61415- SEMOB - Valor: 50 UFIR's

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Trafegar sem placa de itinerário, causando dúvida aos usuários no momento do embarque. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 1º da Lei nº 4.406/2003. Penalidade aplicada nos termos do Art. 3º do mesmo diploma legal. Recurso intempestivo. Manutenção do Auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Recorrente notificado em 04/03/2016.
2. Recurso protocolado em 18/04/2016, decurso de 45 dias.
3. A Lei 5.766/2013, art. 15º e CTM art. 133 estabelece prazo recursal de 30 dias.
4. Juízo de admissibilidade, recurso rejeitado.
5. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso não conhecido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 02 de agosto do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0174/2016

Conselheiro Relator: *Samuel Barrem da Silva*

Recorrente: **EXPRESSO NORTE SUL TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.105.751/2015-1 de 05/10/2015

Auto de Infração de Transporte nº 61415- SEMOB - Valor: 50 UFIR's

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Paulo César Camargo Ramos; 3. Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Marli de Paula Vilella e 6. Jose Edemir Moreira Fernandes.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 03 de agosto de 2.016



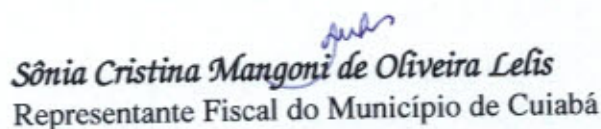
Pedro Marcelo Simone
Presidente da Turma



Samuel Barrem da Silva
Conselheiro Relator



Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 02 de agosto do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0175/2016

Conselheiro Relator: *Samuel Barrem da Silva*

Recorrente: **EXPRESSO NORTE SUL TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.104.165/2015-1 de 30/092015

Auto de Infração de Transporte nº 61396 - SEMOB - Valor: R\$826,00


EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Descumpriu notificação de nº 103490 de 18/09/2015. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 1º, II da Lei nº 5.766/2013. Penalidade aplicada nos termos do Anexo I, Grupo V, Código de Infração "a" do mesmo diploma legal. Recurso intempestivo. Manutenção do Auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Recorrente notificado em 04/03/2016.
2. Recurso protocolado em 18/04/2016, decurso de 45 dias.
3. A Lei 5.766/2013, art. 15º e CTM art. 133 estabelece prazo recursal de 30 dias.
4. Juízo de admissibilidade, recurso rejeitado.
5. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso não conhecido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 02 de agosto do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0175/2016

Conselheiro Relator: *Samuel Barrem da Silva*

Recorrente: **EXPRESSO NORTE SUL TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.104.165/2015-1 de 30/092015

Auto de Infração de Transporte nº 61396 - SEMOB - Valor: R\$826,00

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Paulo César Camargo Ramos; 3. Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Marli de Paula Vilella e 6. Jose Edemir Moreira Fernandes.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 03 de agosto de 2.016



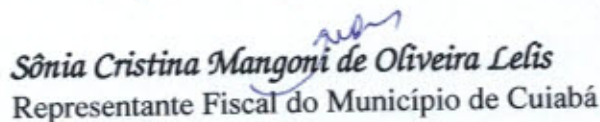
Pedro Marcelo Simone
Presidente da Turma



Samuel Barrem da Silva
Conselheiro Relator



Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 03 de agosto do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0176 /2016

Conselheiro Relator: *Luiz Mario Massad Gomes da Silva*

Recorrente: **EXPRESSO NORTE SUL TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.104.117/2015-1 de 30/09/2015

Auto de Infração de Transporte nº 61398 -SEMOB - Valor: R\$250,00

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Omitiu horário de viagem programado para a linha das 08:32 hs conforme OSO nº 270514. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 1º, II da Lei nº 5.766/2013. Penalidade aplicada nos termos do Anexo I, Grupo III, Código de Infração "e" do mesmo diploma legal. Preliminar arguida rejeitada. Ato procedimental sem caráter peremptório. Aplicação Princípio da Especialidade. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Instituto da prescrição pleiteado não encontra respaldo jurídico.
2. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da prescrição.
3. Regulamentação e controle do serviço público é de utilidade pública.
4. Agente Fiscalizador do Município observou princípio da especialidade ao impor a penalidade.
5. Não se verifica violação aos princípios da ampla defesa e do contraditório.
6. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
7. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
8. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
9. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e provido.

Decisão da 2ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 03 de agosto do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0176 /2016

Conselheiro Relator: *Luiz Mario Massad Gomes da Silva*

Recorrente: **EXPRESSO NORTE SUL TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.104.117/2015-1 de 30/09/2015

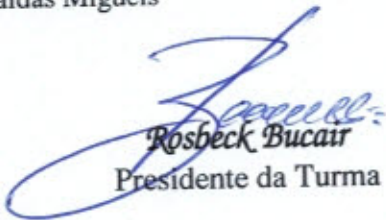
Auto de Infração de Transporte nº 61398 -SEMOB - Valor: R\$250,00


ACÓRDÃO

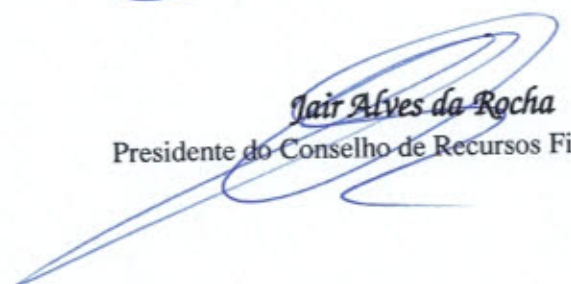
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Rosbeck Bucair, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos, em conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Elias Correia Pedrozo; 2. Robson Pereira dos Santos; 3. Irone Galindo Cademartori; 4. Waldemar Alves Lopes; 5. Rosbeck Bucair e 6. Jair Alves da Rocha.


Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Juliette Caldas Migueis

Cuiabá, 03 de agosto de 2.016


Rosbeck Bucair
Presidente da Turma


Luiz Mario Massad Gomes da Silva
Conselheiro Relator


Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Juliette Caldas Migueis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 03 de agosto do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0177 /2016

Conselheiro Relator: *Luiz Mario Massad Gomes da Silva*

Recorrente: **EXPRESSO NORTE SUL TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.104.013/2015-1 de 30/09/2015

Auto de Infração de Transporte nº 64075 -SEMOB - Valor: 50 UFIR's

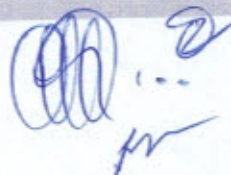
EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Trafegar sem placa de itinerário, causando dúvida aos usuários no momento do embarque. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 1º da Lei nº 4.406/2013. Penalidade aplicada nos termos do art. 3º do mesmo diploma legal. Clara descrição e identificação do local e veículo infrator. Aplicação Princípio da Especialidade. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Instituto da prescrição pleiteado não encontra respaldo jurídico.
2. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da prescrição.
3. Regulamentação e controle do serviço público é de utilidade pública.
4. Agente Fiscalizador do Município observou princípio da especialidade ao impor a penalidade.
5. Não se verifica violação aos princípios da ampla defesa e do contraditório.
6. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
7. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
8. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
9. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e provido.

Decisão da 2ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 03 de agosto do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0177 /2016

Conselheiro Relator: *Luiz Mario Massad Gomes da Silva*

Recorrente: **EXPRESSO NORTE SUL TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.104.013/2015-1 de 30/09/2015

Auto de Infração de Transporte nº 64075 -SEMOB - Valor: 50 UFIR's

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Rosbeck Bucair, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Elias Correia Pedrozo; 2. Robson Pereira dos Santos; 3. Irone Galindo Cademartori; 4. Waldemar Alves Lopes; 5. Rosbeck Bucair e 6. Jair Alves da Rocha.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Juliette Caldas Migueis

Cuiabá, 03 de agosto de 2.016

Rosbeck Bucair
Presidente da Turma

Luiz Mario Massad Gomes da Silva
Conselheiro Relator

Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Juliette Caldas Migueis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 03 de agosto do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0178 /2016

Conselheiro Relator: *Luiz Mario Massad Gomes da Silva*

Recorrente: **EXPRESSO NORTE SUL TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.104.156/2015-1 de 30/09/2015

Auto de Infração de Transporte nº 61451 -SEMOB - Valor: R\$250,00

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Colocar em operação veículo em más condições de funcionamento. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 1º, II da Lei nº 5.766/2013. Penalidade aplicada nos termos do Anexo I, Grupo III, Código de Infração "d" do mesmo diploma legal. Preliminar arguida rejeitada. Ato procedimental sem caráter peremptório. Aplicação Princípio da Especialidade. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Instituto da prescrição pleiteado não encontra respaldo jurídico.
2. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da prescrição.
3. Regulamentação e controle do serviço público é de utilidade pública.
4. Agente Fiscalizador do Município observou princípio da especialidade ao impor a penalidade.
5. Não se verifica violação aos princípios da ampla defesa e do contraditório.
6. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
7. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
8. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
9. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e provido.

Decisão da 2ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 03 de agosto do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0178 /2016

Conselheiro Relator: *Luiz Mario Massad Gomes da Silva*

Recorrente: **EXPRESSO NORTE SUL TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.104.156/2015-1 de 30/09/2015

Auto de Infração de Transporte nº 61451 -SEMOB - Valor: R\$250,00

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Rosbeck Bucair, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos, em conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Elias Correia Pedrozo; 2. Robson Pereira dos Santos; 3. Irone Galindo Cademartori; 4. Waldemar Alves Lopes; 5. Rosbeck Bucair e 6. Jair Alves da Rocha.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Juliette Caldas Migueis

Cuiabá, 03 de agosto de 2.016

Rosbeck Bucair
Presidente da Turma

Luiz Mario Massad Gomes da Silva
Conselheiro Relator

Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Juliette Caldas Migueis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 03 de agosto do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0179 /2016

Conselheiro Relator: *Luiz Mario Massad Gomes da Silva*

Recorrente: **EXPRESSO NORTE SUL TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.104.049/2015-1 de 30/09/2015

Auto de Infração de Transporte nº 62306 -SEMOB - Valor: 50 UPF's

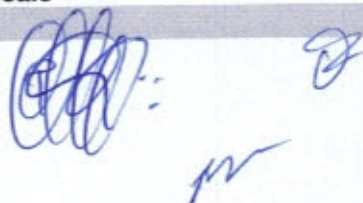
EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Colocar em operação veículo em más condições de funcionamento. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 56, II da Lei nº 1.785/81. Penalidade aplicada nos termos do Art. 58, §§1º e 5º, Item 401 do mesmo diploma legal. Preliminar arguida rejeitada. Ato procedimental sem caráter peremptório. Aplicação Princípio da Especialidade. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Instituto da prescrição pleiteado não encontra respaldo jurídico.
2. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da prescrição.
3. Regulamentação e controle do serviço público é de utilidade pública.
4. Agente Fiscalizador do Município observou princípio da especialidade ao impor a penalidade.
5. Não se verifica violação aos princípios da ampla defesa e do contraditório.
6. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
7. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
8. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
9. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e provido.

Decisão da 2ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 03 de agosto do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0179 /2016

Conselheiro Relator: *Luiz Mario Massad Gomes da Silva*

Recorrente: **EXPRESSO NORTE SUL TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.104.049/2015-1 de 30/09/2015

Auto de Infração de Transporte nº 62306 -SEMOB - Valor: 50 UPF's

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Rosbeck Bucair, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Elias Correia Pedrozo; 2. Robson Pereira dos Santos; 3. Irone Galindo Cademartori; 4. Waldemar Alves Lopes; 5. Rosbeck Bucair e 6. Jair Alves da Rocha.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Juliette Caldas Migueis

Cuiabá, 03 de agosto de 2.016

Rosbeck Bucair
Rosbeck Bucair

Presidente da Turma

Luiz Mario Massad Gomes da Silva
Luiz Mario Massad Gomes da Silva

Conselheiro Relator

Jair Alves da Rocha
Jair Alves da Rocha

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Juliette Caldas Migueis
Juliette Caldas Migueis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 03 de agosto do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0180/2016

Conselheiro Relator: *Rosbeck Bucair*

Recorrente: **PANPHARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SMS

Recurso Voluntário Processo nº: 0.116.929/2015-1 de 10/11/2015

Auto de Infração/Multa nº 47736 (OS. 46737; 47736; TN n. 8972) -SMS - Valor: R\$466,44

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Presença de várias irregularidades, dentre elas fornecer produtos farmacêuticos para empresas que não possuem autorização/ junto a ANVISA. Recurso Voluntário. Infração cometida tipificada de forma correta. Irregularidades apontadas através do Termo de Notificação nº 8972 sem que providências fossem adotadas. Reincidência. Reputa-se verdadeiros os fatos alegados pelo autuante. Auto de infração mantido. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Recorrente reconhece que fora notificado por não atender as exigências contidas no Ofício 0134/COVSAN/SVS/SES/MT/2015.
2. Não prospera alegação autuação genérica e de violação ao princípio do contraditório e ampla defesa.
3. Infringência do dispositivo legal tipificado no art. 91, §1º da LC 004/91 c/c art. 13, III da Portaria nº 802/98.
4. Defesa apresentada em 1ª e 2ª Instância administrativa.
5. Inspeção pela equipe da fiscalização no estabelecimento por diversas vezes flexibilizando reiterados prazos para correção das irregularidades e mesmo assim não foram sanadas.
6. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarando válido e subsistente o auto de Infração/multa deve ser mantida.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 2ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 03 de agosto do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0180/2016

Conselheiro Relator: *Rosbeck Bucair*

Recorrente: PANPHARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SMS

Recurso Voluntário Processo nº: 0.116.929/2015-1 de 10/11/2015

Auto de Infração/Multa nº 47736 (OS. 46737; 47736; TN n. 8972) -SMS - Valor: R\$466,44

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência em exercício da Senhora Conselheira Irone Galindo Cademartori, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Elias Correia Pedrozo; 2. Waldemar Alves Lopes; 3. Irone Galindo Cademartori ; 4. Robson Pereira dos Santos e 5. Luiz Mario Massad Gome da Silva .

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Juliette Caldas Migueis

Cuiabá, 04 de agosto de 2.016

Irone Galindo Cademartori
Irone Galindo Cademartori
Presidente da Turma
em exercício

Rosbeck Bucair
Rosbeck Bucair
Conselheiro Relator

Jair Alves da Rocha
Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Juliette Caldas Migueis
Juliette Caldas Migueis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 09 de agosto do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0181/2016

Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO DE TRANSPORTE LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso voluntário processo nº: 0.018.211/2015-1 de 26/02/2016

Auto de Infração de Transporte nº 62651 -SEMOB - Valor: 50 UFIR's

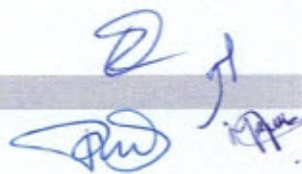
EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso voluntário. Transitar sem placa de itinerário. Recorrente concessionária de exploração de serviço de transporte coletivo. Contrato administrativo mediante processo licitatório. Controle / Fiscalização serviço da SEMOB. Inexistência da preliminar de errôneo enquadramento da infração. Respeitado o contraditório e ampla defesa. Aplicação dos princípios da especialidade e hierarquia. Inexistência prova contestatória. Manutenção do Auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Sendo a Recorrente uma concessionária de transporte coletivo na Capital, em função de celebração de contrato administrativo para exploração do serviço, submete-se aos princípios da supremacia do interesse público sobre o interesse privado.
2. O § 1º do art. 2º da Lei nº 4.094/2001, o legislador determina que o poder executivo, representado pela SMTU, realize o controle da execução do referido serviço.
3. O art. 1º da Lei n. 4.406 de 2003, as empresas concessionárias de transporte, fixem tabela visível na parte dianteira, externa de cada veículo, discriminando o itinerário da respectiva linha.
4. Infração alegada pela fiscalização sem prova contestatória em contrario. Presunção de veracidade do ato administrativo praticado.
5. Auto de infração lavrado segundo requisitos legais, fundamentado corretamente no que tange ao seu enquadramento, mediante aplicação dos princípios da hierarquia das leis e da especialidade.
6. O art. 45, § 2º do Decreto nº 4.214/04 flexibiliza a subscrição do fiscalizado/recorrente no A.I, no momento de sua lavratura e o § 1º do mesmo dispositivo, autoriza que o referido ato seja realizado mediante posterior notificação.
7. Garantia incondicional dos princípios do devido processo legal e contraditório/ampla defesa, pois o fato gerador do A.I fora analisado e julgado na primeira e segunda instância administrativa.
8. Ratificada a Decisão de 1ª Instância Administrativa declarando válido e subsistente o Auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 09 de agosto do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0181/2016

Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO DE TRANSPORTE LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso voluntário processo nº: 0.018.211/2015-1 de 26/02/2016

Auto de Infração de Transporte nº 62651 -SEMOB - Valor: 50 UFIR's

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer** o Recurso Voluntário nos termos do voto da Conselheira Relatora, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Paulo César Camargo Ramos; 3. Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Samuel Barrem da Silva e 6. Jose Edemir Moreira Fernandes.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

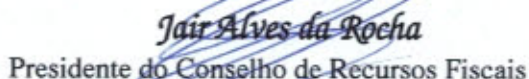
Cuiabá, 09 de agosto de 2.016




Pedro Marcelo de Simone
Presidente da Turma



Marli de Paula Vilella
Conselheira Relatora



Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 09 de agosto do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0182/2016

Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO DE TRANSPORTE LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso voluntário processo nº: 0.009.879/2016-1 de 01/02/2016

Auto de Infração de Transporte nº 60332 -SEMOB - Valor: R\$250,00

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso voluntário. Colocar em operação veículo que não apresente condições de segurança. Elevador do PNE inoperante. Recorrente concessionária de exploração de serviço de transporte coletivo. Contrato administrativo mediante processo licitatório. Controle/Fiscalização serviço da SEMOB. Garantia de conforto e segurança a população portadora de necessidades especiais. Rejeitada a preliminar de prescrição ou decadência. Respeitado o contraditório e ampla defesa. Transporte coletivo que não atende as normas regulamentares específicas. Manutenção do Auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada..

1. Sendo a Recorrente uma concessionária de transporte coletivo na Capital, em função de celebração de contrato administrativo para exploração do serviço, submete-se aos princípios da supremacia do interesse público sobre o interesse privado.
2. O § 2º do art. 2º da Lei nº 4.094/2001, o legislador determina que o poder executivo, representado pela SMTU, realize o controle da execução do referido serviço, visando evitar transtornos e riscos à população portadora de necessidades especiais.
3. Art. 1º da Lei nº 9.873/99 prevê prazo prescricional de 05 anos para ação punitiva da administração pública.
4. Infração alegada pela fiscalização sem prova contestatória em contrario. Presunção de veracidade do ato administrativo praticado.
5. O art. 45, § 3º do Decreto nº 4.214/04 não possui caráter peremptório, consignou, tão somente, uma recomendação, sua inobservância não resulta em qualquer nulidade.
6. Garantia incondicional dos princípios do devido processo legal e contraditório/ampla defesa.
7. Ratificada a Decisão de 1ª Instância Administrativa declarando válido e subsistente o Auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais.





PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 09 de agosto do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0182/2016

Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO DE TRANSPORTE LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso voluntário processo nº: 0.009.879/2016-1 de 01/02/2016

Auto de Infração de Transporte nº 60332 -SEMOB - Valor: R\$250,00

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer** o Recurso Voluntário nos termos do voto da Conselheira Relatora, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Paulo César Camargo Ramos; 3. Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Samuel Barrem da Silva e 6. Jose Edemir Moreira Fernandes.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 09 de agosto de 2.016



Pedro Marcelo de Simone
Presidente da Turma



Marli de Paula Vilella
Conselheira Relatora


Jair Alves da Rocha

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 09 de agosto do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0183/2016

Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*

Recorrente: **EXPRESSO NS TRANSPORTE LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso voluntário processo nº: 0.029.818/2016-1 de 22/03/2016

Auto de Infração de Transporte nº 60381 - SEMOB - Valor: R\$250,00

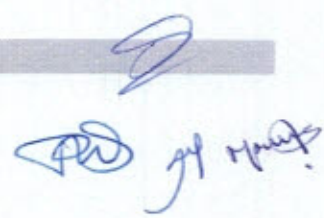
EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso voluntário. Omitir a viagem no horário das 20:35 hs conforme OSO nº 252515. Recorrente concessionária de exploração de serviço de transporte coletivo. Contrato administrativo mediante processo licitatório. Controle/Fiscalização serviço da SEMOB. Garantia de conforto, segurança e pontualidade a população usuária. Respeitado o contraditório e ampla defesa. Inconsteste a existência do fato gerador que incidiu na lavratura do AI. Auto de infração perfeito. Manutenção do Auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada..

1. Sendo a Recorrente uma concessionária de transporte coletivo na Capital, em função de celebração de contrato administrativo para exploração do serviço, submete-se aos princípios da supremacia do interesse público sobre o interesse privado.
2. Infringência do art. 1º, II da Lei nº 5.766/2013, sendo penalizado nos termos do anexo I, Grupo III, Código de Infração "e" do mesmo diploma legal.
3. O § 1º do art. 2º da Lei nº 4.094/2001, o legislador determina que o poder executivo, representado pela SMTU, realize o controle da execução do referido serviço.
4. Infração alegada pela fiscalização sem prova contestatória em contrario. Presunção de veracidade do ato administrativo praticado.
5. Defesa apresentada, caso fortuito e força maior sem provas contundentes.
6. Garantia incondicional dos princípios do devido processo legal e contraditório/ampla defesa.
7. Inexistência de irregularidade formal ou material no auto de infração lavrado.
8. Ratificada a Decisão de 1ª Instância Administrativa declarando válido e subsistente o Auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 09 de agosto do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0183/2016

Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*

Recorrente: **EXPRESSO NS TRANSPORTE LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso voluntário processo nº: 0.029.818/2016-1 de 22/03/2016

Auto de Infração de Transporte nº 60381 -SEMOB - Valor: R\$250,00

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer** o Recurso Voluntário nos termos do voto da Conselheira Relatora, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Paulo César Camargo Ramos; 3. Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Samuel Barrem da Silva e 6. Jose Edemir Moreira Fernandes.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 09 de agosto de 2.016



Pedro Marcelo de Simone
Presidente da Turma



Marli de Paula Vilella
Conselheira Relatora


Jair Alves da Rocha

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 09 de agosto do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0184/2016

Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*

Recorrente: **EXPRESSO NS TRANSPORTE LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso voluntário processo nº: 0.007.739/2016-1 de 26/01/2016

Auto de Infração de Transporte nº 60364 -SEMOB - Valor: R\$250,00

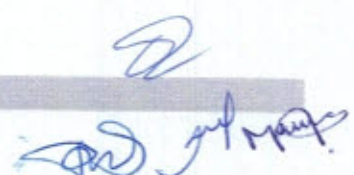
EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso voluntário. Omitir a viagem no horário das 18:53 hs conforme OSO emitida pela SEMOB. Recorrente concessionária de exploração de serviço de transporte coletivo. Contrato administrativo mediante processo licitatório. Controle / Fiscalização serviço da SEMOB. Garantia de conforto, segurança e pontualidade a população usuária. Respeitado o contraditório e ampla defesa. Inconsteste a existência do fato gerador que incidiu na lavratura do AI. Auto de infração perfeito. Manutenção do Auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada..

1. Sendo a Recorrente uma concessionária de transporte coletivo na Capital, em função de celebração de contrato administrativo para exploração do serviço, submete-se aos princípios da supremacia do interesse público sobre o interesse privado.
2. Infringência do art. 1º, II da Lei nº 5.766/2013, sendo penalizado nos termos do anexo I, Grupo III, Código de Infração "e" do mesmo diploma legal.
3. O § 1º do art. 2º da Lei nº 4.094/2001, o legislador determina que o poder executivo, representado pela SMTU, realize o controle da execução do referido serviço.
4. Infração alegada pela fiscalização sem prova contestatória em contrario. Presunção de veracidade do ato administrativo praticado.
5. Defesa apresentada, caso fortuito e força maior sem provas contundentes.
6. Garantia incondicional dos princípios do devido processo legal e contraditório/ampla defesa.
7. Inexistência de irregularidade formal ou material no auto de infração lavrado.
8. Ratificada a Decisão de 1ª Instância Administrativa declarando válido e subsistente o Auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 09 de agosto do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0184/2016

Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*

Recorrente: **EXPRESSO NS TRANSPORTE LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso voluntário processo nº: 0.007.739/2016-1 de 26/01/2016


Auto de Infração de Transporte nº 60364 -SEMOB - Valor: R\$250,00

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer** o Recurso Voluntário nos termos do voto da Conselheira Relatora, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Paulo César Camargo Ramos; 3. Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Samuel Barrem da Silva e 6. Jose Edemir Moreira Fernandes.


Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 09 de agosto de 2.016


Pedro Marcelo de Simone
Presidente da Turma


Marli de Paula Vilella
Conselheira Relatora


Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 09 de agosto do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0185/2016

Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*

Recorrente: **EXPRESSO NS TRANSPORTE LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso voluntário processo nº: 0.029.791/2016-1 de 22/03/2016

Auto de Infração de Transporte nº 64435 -SEMOB - Valor: R\$250,00




EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso voluntário. Omitir a viagem no horário das 18:53 hs conforme OSO emitida pela SEMOB. Recorrente concessionária de exploração de serviço de transporte coletivo. Contrato administrativo mediante processo licitatório. Controle/Fiscalização serviço da SEMOB. Garantia de conforto, segurança e pontualidade a população usuária. Respeitado o contraditório e ampla defesa. Inconsteste a existência do fato gerador que incidiu na lavratura do AI. Auto de infração perfeito. Manutenção do Auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada..

1. Sendo a Recorrente uma concessionária de transporte coletivo na Capital, em função de celebração de contrato administrativo para exploração do serviço, submete-se aos princípios da supremacia do interesse público sobre o interesse privado.
2. Infringência do art. 1º, II da Lei nº 5.766/2013, sendo penalizado nos termos do anexo I, Grupo III, Código de Infração "e" do mesmo diploma legal.
3. O § 1º do art. 2º da Lei nº 4.094/2001, o legislador determina que o poder executivo, representado pela SMTU, realize o controle da execução do referido serviço.
4. Infração alegada pela fiscalização sem prova contestatória em contrario. Presunção de veracidade do ato administrativo praticado.
5. Defesa apresentada, caso fortuito e força maior sem provas contundentes.
6. Garantia incondicional dos princípios do devido processo legal e contraditório/ampla defesa.
7. Inexistência de irregularidade formal ou material no auto de infração lavrado.
8. Ratificada a Decisão de 1ª Instância Administrativa declarando válido e subsistente o Auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 09 de agosto do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0185/2016

Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*

Recorrente: **EXPRESSO NS TRANSPORTE LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso voluntário processo nº: 0.029.791/2016-1 de 22/03/2016

Auto de Infração de Transporte nº 64435 -SEMOB - Valor: R\$250,00

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer** o Recurso Voluntário nos termos do voto da Conselheira Relatora, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Paulo César Camargo Ramos; 3. Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Samuel Barrem da Silva e 6. Jose Edemir Moreira Fernandes.


Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 09 de agosto de 2.016


Pedro Marcelo de Simone
Presidente da Turma


Marli de Paula Vilella
Conselheira Relatora


Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 23 de agosto do ano de 2016

Acórdão e Ementa nº 0186/2016

Conselheiro Relator: *Jesse Rodrigues de Arruda Barros*

Recorrente: LAISA BATISTA DA SILVA

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SMS

Recurso Voluntário processo nº: 0058823/2015-1 de 11/06/2015

Auto de Infração/Multa nº 9840 (complem. pelo nº 9841; TN nºs 22463 e 22466)- SMS - Valor: R\$1.399,32

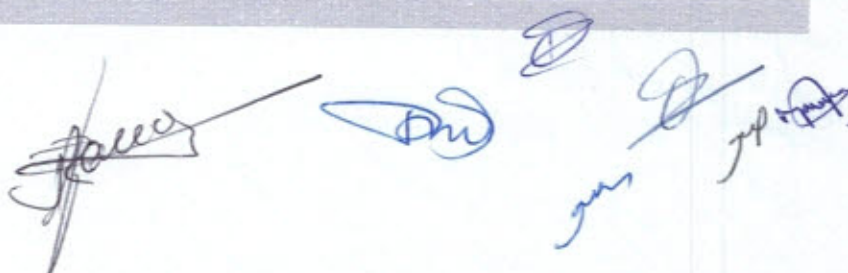
EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Ausência de Alvará de Funcionamento e Localização e Alvará Sanitário. Processos de limpeza e esterilização de materiais em desacordo com as normas e legislação sanitária. Recurso Voluntário. Irregularidade apontada através dos Termos de Notificação nº 22463 e 22466 sem que providências fossem adotadas no prazo estabelecido. Infringência do art. 331, §7º e art. 71 da Lei Complementar nº 004/1992. Penalidade aplicada prevista no art. 721, II e IV c/c art. 755, III e VI do mesmo diploma legal. Presunção de legitimidade e veracidade. Fundamentos apresentados não são suficientes para elidir o auto de infração. Auto de infração mantido. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Recorrente não trouxe aos autos argumentos que reunisse força probante capaz de modificar o convencimento acerca da legalidade da ação fiscal que culminou na imposição da penalidade e multa.
2. Auto de Infração menciona de forma clara e transparente todos pré-requisitos impostos para validade do auto de infração.
3. Ato administrativo goza de presunção de veracidade e legitimidade.
4. Alegação de violação ao princípio da proporcionalidade e razoabilidade não há como prosperar, uma vez que a recorrente foi notificada por diversas vezes sem que esta tomasse as devidas providências.
5. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarando válido e subsistente o auto de Infração/multa deve ser mantida.

Recurso conhecido e Improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais

The block contains several handwritten signatures in blue ink. On the left, there is a large, stylized signature that appears to be 'Jesse'. To its right, there are several smaller, more fluid signatures, some of which are partially overlapping. The signatures are located below the official decision text.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 23 de agosto do ano de 2016

Acórdão e Ementa nº 0186/2016

Conselheiro Relator: *Jesse Rodrigues de Arruda Barros*

Recorrente: LAISA BATISTA DA SILVA

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SMS

Recurso Voluntário processo nº: 0058823/2015-1 de 11/06/2015

Auto de Infração/Multa nº 9840 (complem. pelo nº 9841; TN nºs 22463 e 22466)- SMS - Valor: R\$1.399,32


ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência em exercício da Senhora Conselheira Marli de Paula Vilella, na conformidade da ata de julgamento, **por maioria de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Marli de Paula Vilella; 2. Samuel Barrem da Silva; 3. Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal; 4. Vitor de Oliveira Tavares e 5. Geandre Bucair.

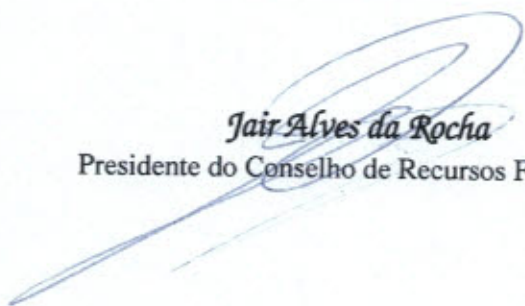
O conselheiro Jose Edemir Moreira Fernandes apresentou voto divergente.


Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 24 de agosto de 2016


Marli de Paula Vilella
Presidente da Turma
em exercício


Jesse Rodrigues de Arruda Barros
Conselheiro Relator


Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 31 de agosto do ano de 2016

Acórdão e Ementa nº 0187/2016

Conselheiro Relator: *Luiz Mario Massad Gomes da Silva*

Recorrente: COPEMBOM CHOCOLATES LTDA EPP

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SMS

Recurso Voluntário processo nº: 0003424/2016-1 de 13/01/2016

Auto de Infração/Multa nº 48066 (TN nºs 9227;1837 e 8878)- SMS - Valor: R\$1.399,32

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Ausência de boas práticas de manipulação de alimentos. Recurso Voluntário. Irregularidades apontada através dos Termos de Notificação nºs 8878 e 1837 sem que providências fossem adotadas no prazo estabelecido. Infringência do art. 196 da Lei Complementar nº 004/1992 c/c RDC216/04/ANVISA Itens 4.1, sub item 4.1.16; 4.7, sub item 4.7.3 e 4.8, sub item 4.8.16, 4.8.17, 4.8.18. Penalidade aplicada prevista no art. 721, II c/c art. 755, VI do mesmo diploma legal. Presunção de legitimidade e veracidade. Fundamentos apresentados não são suficientes para elidir o auto de infração. Auto de infração mantido. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Recorrente não trouxe aos autos argumentos que reunisse força probante capaz de modificar o convencimento acerca da legalidade da ação fiscal que culminou na imposição da penalidade e multa.
2. Auto de Infração menciona de forma clara e transparente todos pré-requisitos impostos para validade do auto de infração.
3. Ato administrativo goza de presunção de veracidade e legitimidade.
4. Alegação de violação ao princípio da proporcionalidade e razoabilidade não há como prosperar, uma vez que a recorrente foi notificada por diversas vezes sem que esta tomasse as devidas providências.
5. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarando válido e subsistente o auto de Infração/multa deve ser mantida.

Recurso conhecido e Improvido.

Decisão da 2ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 31 de agosto do ano de 2016

Acórdão e Ementa nº 0187/2016

Conselheiro Relator: *Luiz Mario Massad Gomes da Silva*

Recorrente: COPEMBOM CHOCOLATES LTDA EPP

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SMS

Recurso Voluntário processo nº: 0003424/2016-1 de 13/01/2016


Auto de Infração/Multa nº 48066 (TN nºs 9227;1837 e 8878)- SMS - Valor: R\$1.399,32


ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência em exercício da Senhora Conselheira Irone Galindo Cademartori, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Elias Correia Pedrozo; 2. Robson Pereira dos Santos; 3. Irone Galindo Cademartori; 4. Waldemar Alves Lopes; 5. Rosbeck Bucair e 6. Jair Alves da Rocha.

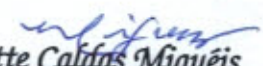
Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Juliette Caldas Migueis

Cuiabá, 31 de agosto de 2016


Irone Galindo Cademartori
Presidente da Turma
em exercício


Luiz Mario Massad Gomes da Silva
Conselheiro Relator


Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Juliette Caldas Migueis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 06 de setembro do ano de 2016

Acórdão e Ementa nº 0188/2016

Conselheiro Relator: *Jose Edemir Moreira Fernandes*

Conselheiro Revisor: *Samuel Barrem da Silva*

Recorrente: **LABORATÓRIO SANTO INÁCIO**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SMS

Recurso Voluntário processo nº: 0012668/2016-1 de 11/02/2016

Auto de Infração/Multa nº 49395 (TN nºs 8985 a 8988 e TA nº 15539) - SMS - Valor: R\$6.153,12

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Presença de irregularidades sanitárias. Recurso Voluntário. Irregularidades apontadas para correção através dos Termos de Notificação nºs 8985 a 8988 sem que providências fossem adotadas no prazo estabelecido. Infringência dos arts. 47, 1ª e 3ª, 78 e 91 da Lei Complementar nº 004/1992 c/c RDC/ANVISA 302/2005 e 306/2004. Penalidade aplicada prevista no art. 721, II c/c art. 755, VI do mesmo diploma legal. Presunção de legitimidade e veracidade. Fundamentos apresentados não são suficientes para elidir o auto de infração. Auto de infração mantido. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Recorrente não trouxe aos autos argumentos que reunisse força probante capaz de modificar o convencimento acerca da legalidade da ação fiscal que culminou na imposição da penalidade e multa.
2. Vigilância sanitária determinou o saneamento de irregularidades além de promover a apreensão de diversos materiais antes da lavratura do auto de infração.
3. Ato administrativo goza de presunção de veracidade e legitimidade.
4. Alegação de violação ao princípio da proporcionalidade e razoabilidade não há como prosperar, uma vez que a recorrente foi notificada por diversas vezes sem que esta tomasse as devidas providências.
5. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarando válido e subsistente o auto de Infração/multa deve ser mantida.

Recurso conhecido e Improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 06 de setembro do ano de 2016

Acórdão e Ementa nº 0188/2016

Conselheiro Relator: *Jose Edemir Moreira Fernandes*

Conselheiro Revisor: *Samuel Barrem da Silva*

Recorrente: LABORATÓRIO SANTO INÁCIO

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SMS

Recurso Voluntário processo nº: 0012668/2016-1 de 11/02/2016

Auto de Infração/Multa nº 49395 (TN nºs 8985 a 8988 e TA nº 15539)- SMS - Valor: R\$6.153,12

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone, na conformidade da ata de julgamento, **por maioria de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso de voluntário, nos termos do voto divergente do Conselheiro Revisor, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Revisor os Conselheiros: 1. Vitor de Oliveira Tavares; 2. Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal; 3. Paulo Cesar Camargo Ramos; 4. Marli de Paula Vilella e 5. Pedro Marcelo de Simone.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 15 de setembro de 2016



Pedro Marcelo de Simone
Presidente da Turma



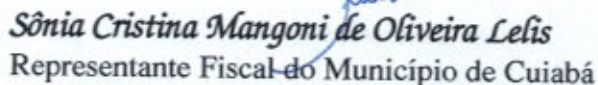
Jose Edemir Moreira Fernandes
Conselheiro Relator



Samuel Barrem da Silva
Conselheiro Revisor



Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 13 de setembro do ano de 2016

Acórdão e Ementa nº 0189/2016

Conselheiro Relator: *Samuel Barrem da Silva*

Recorrente: CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE MATO GROSSO LTDA

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SMS

Recurso Voluntário processo nº: 0099255/2015-1 de 18/09/2015

Auto de Infração/Multa nº 05011 a 05013 (TA nº 15437)- SMS - Valor: R\$699,66

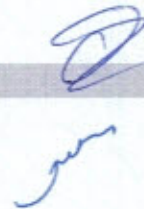
EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Presença de reagentes imunohematológicos com prazo de validade expirado. Recurso Voluntário. Irregularidades apontadas para correção através dos Termos de Notificação nºs 8985 a 8988 sem que providências fossem adotadas no prazo estabelecido. Infringência dos arts. 47, 1º e 3º, 78 e 91 da Lei Complementar nº 004/1992 c/c Art. 10, XVIII da Lei nº 6.437/77 e art. 7º, inciso I da RDC nº63/2011. Penalidade aplicada prevista no art. 721, II c/c art. 755, VI do mesmo diploma legal. Presunção de legitimidade e veracidade. Fundamentos apresentados não são suficientes para elidir o auto de infração. Auto de infração mantido. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Recorrente não trouxe aos autos argumentos que reunisse força probante capaz de modificar o convencimento acerca da legalidade da ação fiscal que culminou na imposição da penalidade e multa.
2. Vigilância sanitária determinou o saneamento de irregularidades além de promover a apreensão de diversos materiais antes da lavratura do auto de infração.
3. Recorrente não traz aos autos nenhuma prova contestatória, devendo prevalecer a presunção de veracidade e legitimidade do ato administrativo.
4. Penalidade aplicada em total sintonia com a gravidade da irregularidade que colocou em risco a saúde dos usuários daquele local.
5. Alegação de violação ao princípio do contraditório e da ampla defesa não há como prosperar.
6. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarando válido e subsistente o auto de Infração/multa deve ser mantida.

Recurso conhecido e Improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 13 de setembro do ano de 2016

Acórdão e Ementa nº 0189/2016

Conselheiro Relator: *Samuel Barrem da Silva*

Recorrente: CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE MATO GROSSO LTDA

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SMS

Recurso Voluntário processo nº: 0099255/2015-1 de 18/09/2015

Auto de Infração/Multa nº 05011 a 05013 (TA nº 15437)- SMS - Valor: R\$699,66

ACÓRDÃO

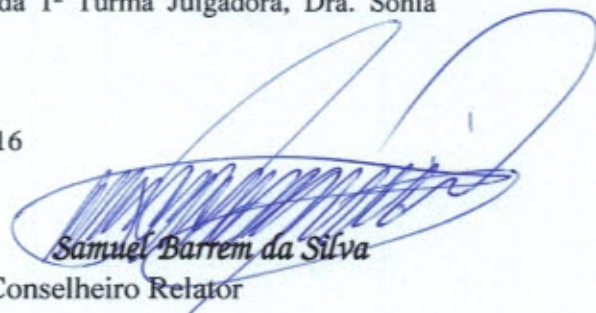
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso de voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Vitor de Oliveira Tavares; 2. Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal; 3. Paulo Cesar Camargo Ramos; 4. Marli de Paula Vilella; 5. Pedro Marcelo de Simone e 6. Jose Edemir Moreira Fernandes.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 15 de setembro de 2016



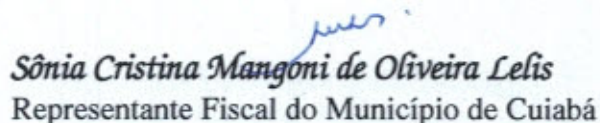
Pedro Marcelo de Simone
Presidente da Turma



Samuel Barrem da Silva
Conselheiro Relator



Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 13 de setembro do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0190/2016

Conselheira Relatora: *Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Decisão de 1ª Instância Administrativa – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.015.710/2015-1 de 25/02/2015

Auto de Infração de Transporte nº 49273 - SEMOB Valor: R\$ 500,00

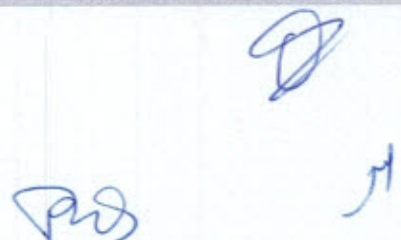
EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Descumpriu com a Notificação nº 09030 do dia 28/12/2012 que instruiu o conserto do pega mão. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 44, II da Lei 4.094/01 regulamentada pelo Decreto nº 4.214/04. Penalidade aplicada nos termos do Anexo III, Grupo V, Código "a" do mesmo diploma legal. Preliminar arguida sem fundamento.. Aplicação do princípio da especialidade. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Preliminar arguida afastada, prazo fixado, ato procedimental, sem caráter peremptório, portanto não há que se falar em prescrição da pretensão punitiva.
2. Inobservância dos termos da concessão sujeita os infratores a penalidades cabíveis.
3. Presunção de legitimidade e veracidade do ato administrativo praticado pelo agente público.
4. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
5. Recorrente não trouxe aos autos nenhuma prova contestatória a contrapor a autuação lavrada.
6. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
7. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
8. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 13 de setembro do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0190/2016

Conselheira Relatora: *Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Decisão de 1ª Instância Administrativa – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.015.710/2015-1 de 25/02/2015


Auto de Infração de Transporte nº 49273 - SEMOB Valor: R\$ 500,00

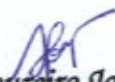
ACÓRDÃO


Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto da Conselheira Relatora, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Samuel Barrem da Silva; 3. Jose Edemir Moreira Fernandes; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Marli de Paula Vilella e 6. Paulo Cesar Camargo Ramos.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 15 de setembro de 2.016


Pedro Marcelo Simone
Presidente da Turma


Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal
Conselheira Relatora


Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 13 de setembro do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0191/2016

Conselheira Relatora: *Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Decisão de 1ª Instância Administrativa – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.015.711/2015-1 de 25/02/2015

Auto de Infração de Transporte nº 49526 - SEMOB Valor: R\$ 500,00

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Descumprimento com a Notificação nº 09035 do dia 28/12/2012 que instruiu o conserto do pega mão. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 44, II da Lei 4.094/01 regulamentada pelo Decreto nº 4.214/04. Penalidade aplicada nos termos do Anexo III, Grupo V, Código "a" do mesmo diploma legal. Preliminar arguida sem fundamento. Aplicação do princípio da especialidade. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Preliminar arguida afastada, prazo fixado, ato procedimental, sem caráter peremptório, portanto não há que se falar em prescrição da pretensão punitiva.
2. Inobservância dos termos da concessão sujeita os infratores a penalidades cabíveis.
3. Presunção de legitimidade e veracidade do ato administrativo praticado pelo agente público.
4. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
5. Recorrente não trouxe aos autos nenhuma prova contestatória a contrapor a autuação lavrada.
6. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
7. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
8. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 13 de setembro do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0191/2016

Conselheira Relatora: *Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Decisão de 1ª Instância Administrativa – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.015.711/2015-1 de 25/02/2015

Auto de Infração de Transporte nº 49526 - SEMOB Valor: R\$ 500,00

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto da Conselheira Relatora, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Samuel Barrem da Silva; 3. Jose Edemir Moreira Fernandes; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Marli de Paula Vilella e 6. Paulo Cesar Camargo Ramos.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

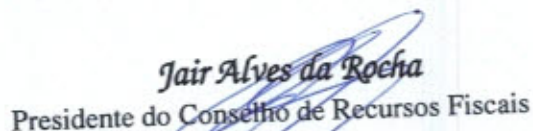
Cuiabá, 15 de setembro de 2.016



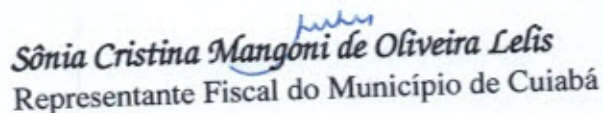
Pedro Marcelo Simone
Presidente da Turma



Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal
Conselheira Relatora



Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 13 de setembro do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0192/2016

Conselheira Relatora: *Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Decisão de 1ª Instância Administrativa – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.015.712/2015-1 de 25/02/2015

Auto de Infração de Transporte nº 49275 - SEMOB Valor: R\$ 500,00

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Descumpriu com a Notificação nº 09034 do dia 28/12/2012 que instruiu o conserto do pega mão. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 44, II da Lei 4.094/01 regulamentada pelo Decreto nº 4.214/04. Penalidade aplicada nos termos do Anexo III, Grupo V, Código "a" do mesmo diploma legal. Preliminar arguida sem fundamento. Aplicação do princípio da especialidade. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Preliminar arguida afastada, prazo fixado, ato procedimental, sem caráter peremptório, portanto não há que se falar em prescrição da pretensão punitiva.
2. Inobservância dos termos da concessão sujeita os infratores a penalidades cabíveis.
3. Presunção de legitimidade e veracidade do ato administrativo praticado pelo agente público.
4. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
5. Recorrente não trouxe aos autos nenhuma prova contestatória a contrapor a autuação lavrada.
6. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
7. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
8. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 13 de setembro do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0192/2016

Conselheira Relatora: *Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Decisão de 1ª Instância Administrativa – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.015.712/2015-1 de 25/02/2015

Auto de Infração de Transporte nº 49275 - SEMOB Valor: R\$ 500,00

ACÓRDÃO

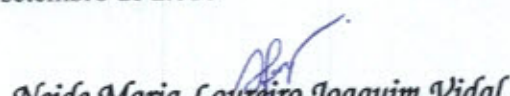
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto da Conselheira Relatora, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Samuel Barrem da Silva; 3. Jose Edemir Moreira Fernandes; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Marli de Paula Vilella e 6. Paulo Cesar Camargo Ramos.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 15 de setembro de 2.016




Pedro Marcelo Simone
Presidente da Turma



Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal
Conselheira Relatora



Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 13 de setembro do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0193/2016

Conselheira Relatora: *Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Decisão de 1ª Instância Administrativa – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.015.714/2015-1 de 25/02/2015

Auto de Infração de Transporte nº 49527 - SEMOB Valor: R\$ 500,00

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Descumpriu com a Notificação nº 09036 do dia 28/12/2012 que instruiu o conserto do pega mão. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 44, II da Lei 4.094/01 regulamentada pelo Decreto nº 4.214/04. Penalidade aplicada nos termos do Anexo III, Grupo V, Código "a" do mesmo diploma legal. Preliminar arguida sem fundamento. Aplicação do princípio da especialidade. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Preliminar arguida afastada, prazo fixado, ato procedimental, sem caráter peremptório, portanto não há que se falar em prescrição da pretensão punitiva.
2. Inobservância dos termos da concessão sujeita os infratores a penalidades cabíveis.
3. Presunção de legitimidade e veracidade do ato administrativo praticado pelo agente público.
4. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
5. Recorrente não trouxe aos autos nenhuma prova contestatória a contrapor a autuação lavrada.
6. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
7. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
8. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 13 de setembro do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0193/2016

Conselheira Relatora: *Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Decisão de 1ª Instância Administrativa – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.015.714/2015-1 de 25/02/2015

Auto de Infração de Transporte nº 49527 - SEMOB Valor: R\$ 500,00

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto da Conselheira Relatora, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Samuel Barrem da Silva; 3. Jose Edemir Moreira Fernandes; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Marli de Paula Vilella e 6. Paulo Cesar Camargo Ramos.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.


Cuiabá, 15 de setembro de 2.016



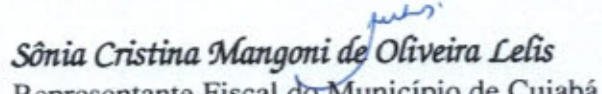
Pedro Marcelo Simone
Presidente da Turma



Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal
Conselheira Relatora



Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 13 de setembro do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0194/2016

Conselheira Relatora: *Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Decisão de 1ª Instância Administrativa – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.015.715/2015-1 de 25/02/2015

Auto de Infração de Transporte nº 49545 - SEMOB Valor: R\$ 500,00

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Descumpriu com a Notificação nº 09117 do dia 16/01/2013 que instruiu o conserto do elevador do PNE e o conserto do banco do acompanhante. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 44, I e II, e artigo 40 da Lei 4.094/01 regulamentada pelo Decreto nº 4.214/04. Penalidade aplicada nos termos do Anexo III, Grupo V, Código "a" do mesmo diploma legal. Preliminar arguida sem fundamento. Aplicação do princípio da especialidade. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Preliminar arguida afastada, prazo fixado, ato procedimental, sem caráter peremptório, portanto não há que se falar em prescrição da pretensão punitiva.
2. Inobservância dos termos da concessão sujeita os infratores a penalidades cabíveis.
3. Presunção de legitimidade e veracidade do ato administrativo praticado pelo agente público.
4. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
5. Recorrente não trouxe aos autos nenhuma prova contestatória a contrapor a autuação lavrada.
6. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
7. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
8. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 13 de setembro do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0195/2016

Conselheira Relatora: *Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Decisão de 1ª Instância Administrativa – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.015.716/2015-1 de 25/02/2015

Auto de Infração de Transporte nº 49176 - SEMOB Valor: R\$ 500,00

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Descumpriu com a Notificação nº 10703 que proibia a interrupção das viagens para troca de motoristas. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 44, II da Lei 4.094/01 regulamentada pelo Decreto nº 4.214/04. Penalidade aplicada nos termos do Anexo III, Grupo V, Código "a" do mesmo diploma legal. Preliminar arguida sem fundamento. Aplicação do princípio da especialidade. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Preliminar arguida afastada, prazo fixado, ato procedimental, sem caráter peremptório, portanto não há que se falar em prescrição da pretensão punitiva.
2. Inobservância dos termos da concessão sujeita os infratores a penalidades cabíveis.
3. Presunção de legitimidade e veracidade do ato administrativo praticado pelo agente público.
4. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
5. Recorrente não trouxe aos autos nenhuma prova contestatória a contrapor a autuação lavrada.
6. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
7. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
8. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda Instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 13 de setembro do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0195/2016

Conselheira Relatora: *Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Decisão de 1ª Instância Administrativa – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.015.716/2015-1 de 25/02/2015

Auto de Infração de Transporte nº 49176 - SEMOB Valor: R\$ 500,00

ACÓRDÃO


Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto da Conselheira Relatora, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Samuel Barrem da Silva; 3. Jose Edemir Moreira Fernandes; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Marli de Paula Vilella e 6. Paulo Cesar Camargo Ramos.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.


Cuiabá, 15 de setembro de 2.016




Pedro Marcelo Simone
Presidente da Turma



Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal
Conselheira Relatora



Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 13 de setembro do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0196/2016

Conselheira Relatora: *Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Decisão de 1ª Instância Administrativa – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.016.174/2015-1 de 26/02/2015

Auto de Infração de Transporte nº 45710 - SEMOB Valor: R\$ 500,00

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Descumpriu com a Notificação nº 12463 do dia 11/07/2012 que instruíra regular a porta dianteira. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 44, I e II, e artigo 40 da Lei 4.094/01 regulamentada pelo Decreto nº 4.214/04. Penalidade aplicada nos termos do Anexo III, Grupo V, Código "a" do mesmo diploma legal. Preliminar arguida sem fundamento. Aplicação do princípio da especialidade. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Preliminar arguida afastada, prazo fixado, ato procedimental, sem caráter peremptório, portanto não há que se falar em prescrição da pretensão punitiva.
2. Inobservância dos termos da concessão sujeita os infratores a penalidades cabíveis.
3. Presunção de legitimidade e veracidade do ato administrativo praticado pelo agente público.
4. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
5. Recorrente não trouxe aos autos nenhuma prova contestatória a contrapor a autuação lavrada.
6. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
7. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
8. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 13 de setembro do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0196/2016

Conselheira Relatora: *Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Decisão de 1ª Instância Administrativa – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.016.174/2015-1 de 26/02/2015

Auto de Infração de Transporte nº 45710 - SEMOB Valor: R\$ 500,00

ACÓRDÃO

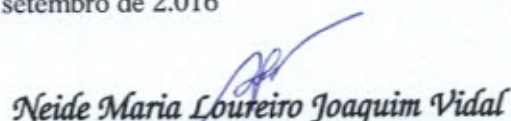
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto da Conselheira Relatora, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Samuel Barrem da Silva; 3. Jose Edemir Moreira Fernandes; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Marli de Paula Vilella e 6. Paulo Cesar Camargo Ramos.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 15 de setembro de 2.016




Pedro Marcelo Simone
Presidente da Turma



Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal
Conselheira Relatora



Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 13 de setembro do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0197/2016

Conselheira Relatora: *Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Decisão de 1ª Instância Administrativa – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.016.176/2015-1 de 26/02/2015

Auto de Infração de Transporte nº 49272 - SEMOB Valor: R\$ 500,00

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Descumpriu com a Notificação nº 09028 do dia 28/12/2012 que instruiu o conserto do pega mão. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 44, I e II, e artigo 40 da Lei 4.094/01 regulamentada pelo Decreto nº 4.214/04. Penalidade aplicada nos termos do Anexo III, Grupo V, Código "a" do mesmo diploma legal. Preliminar arguida sem fundamento. Aplicação do princípio da especialidade. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Preliminar arguida afastada, prazo fixado, ato procedimental, sem caráter peremptório, portanto não há que se falar em prescrição da pretensão punitiva.
2. Inobservância dos termos da concessão sujeita os infratores a penalidades cabíveis.
3. Presunção de legitimidade e veracidade do ato administrativo praticado pelo agente público.
4. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
5. Recorrente não trouxe aos autos nenhuma prova contestatória a contrapor a autuação lavrada.
6. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
7. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
8. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 13 de setembro do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0197/2016

Conselheira Relatora: *Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Decisão de 1ª Instância Administrativa – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.016.176/2015-1 de 26/02/2015

Auto de Infração de Transporte nº 49272 - SEMOB Valor: R\$ 500,00

ACÓRDÃO

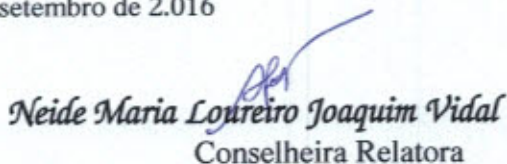
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto da Conselheira Relatora, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Samuel Barrem da Silva; 3. Jose Edemir Moreira Fernandes; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Marli de Paula Vilella e 6. Paulo Cesar Camargo Ramos.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 15 de setembro de 2.016



Pedro Marcelo Simone
Presidente da Turma



Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal
Conselheira Relatora



Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 13 de setembro do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0198/2016

Conselheira Relatora: *Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Decisão de 1ª Instância Administrativa – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.030.887/2015-1 de 02/04/2015

Auto de Infração de Transporte nº 42122 - SEMOB Valor: R\$ 500,00

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Descumpriu o horário programado para a linha das 08:42 hs. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 17, XVII da Lei 4.094/01 regulamentada pelo Decreto nº 4.214/04. Penalidade aplicada nos termos do Anexo III, Grupo III, Código "e" do mesmo diploma legal. Preliminar arguida sem fundamento. Aplicação do princípio da especialidade. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Preliminar arguida afastada, prazo fixado, ato procedimental, sem caráter peremptório, portanto não há que se falar em prescrição da pretensão punitiva.
2. Inobservância dos termos da concessão sujeita os infratores a penalidades cabíveis.
3. Presunção de legitimidade e veracidade do ato administrativo praticado pelo agente público.
4. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
5. Recorrente não trouxe aos autos nenhuma prova contestatória a contrapor a autuação lavrada.
6. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
7. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
8. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 13 de setembro do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0198/2016

Conselheira Relatora: *Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Decisão de 1ª Instância Administrativa – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.030.887/2015-1 de 02/04/2015

Auto de Infração de Transporte nº 42122 - SEMOB Valor: R\$ 500,00

ACÓRDÃO

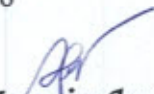
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto da Conselheira Relatora, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Samuel Barrem da Silva; 3. Jose Edemir Moreira Fernandes; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Marli de Paula Vilella e 6. Paulo Cesar Camargo Ramos.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 15 de setembro de 2.016



Pedro Marcelo Simone
Presidente da Turma



Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal
Conselheira Relatora



Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 13 de setembro do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0199/2016

Conselheira Relatora: *Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Decisão de 1ª Instância Administrativa – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.015.713/2015-1 de 25/02/2015

Auto de Infração de Transporte nº 49546 - SEMOB Valor: R\$ 500,00

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Descumpriu com a Notificação nº 09118 do dia 16/01/2013 que instruiu o conserto do retentor da roda dianteira do lado direito. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 40 da Lei 4.094/01 regulamentada pelo Decreto nº 4.214/04. Penalidade aplicada nos termos do Anexo III, Grupo V, Código "a" do mesmo diploma legal. Preliminar arguida sem fundamento. Aplicação do princípio da especialidade. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Preliminar arguida afastada, prazo fixado, ato procedimental, sem caráter peremptório, portanto não há que se falar em prescrição da pretensão punitiva.
2. Inobservância dos termos da concessão sujeita os infratores a penalidades cabíveis.
3. Presunção de legitimidade e veracidade do ato administrativo praticado pelo agente público.
4. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
5. Recorrente não trouxe aos autos nenhuma prova contestatória a contrapor a autuação lavrada.
6. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
7. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
8. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 13 de setembro do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0199/2016

Conselheira Relatora: *Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Decisão de 1ª Instância Administrativa – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.015.713/2015-1 de 25/02/2015

Auto de Infração de Transporte nº 49546 - SEMOB Valor: R\$ 500,00

ACÓRDÃO

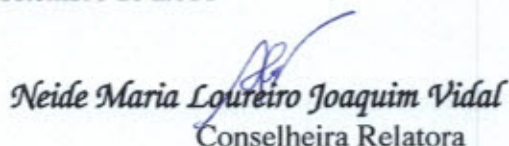
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto da Conselheira Relatora, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Samuel Barrem da Silva; 3. Jose Edemir Moreira Fernandes; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Marli de Paula Vilella e 6. Paulo Cesar Camargo Ramos.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 15 de setembro de 2.016



Pedro Marcelo Simone
Presidente da Turma



Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal
Conselheira Relatora



Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 14 de setembro do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0200/2016

Conselheira Relatora: *Irone Galindo Cademartori*

Recorrente: **EXPRESSO NORTE SUL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Decisão de 1ª Instância Administrativa – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.077.618/2016-1 de 27/07/2015

Auto de Infração de Transporte nº 62301 - SEMOB - Valor: 50 UPF's

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Colocou veículo em operação em más condições de segurança, elevador do PNE com defeito. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo da Lei nº 1.789/81. Penalidade aplicada nos termos do art. 56, II c/c art. 58, §1º, Código 401 do mesmo diploma legal. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Presunção de legitimidade e veracidade do ato administrativo praticado pelo agente público.
2. Infração cometida acarreta prejuízo insanável à coletividade usuária.
3. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
4. Alegações do recorrente não merece guarida, não trouxe aos autos nenhuma prova ou fato novo a contrapor a autuação lavrada.
5. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
6. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
7. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 2ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 14 de setembro do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0200/2016

Conselheira Relatora: *Irone Galindo Cademartori*

Recorrente: **EXPRESSO NORTE SUL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Decisão de 1ª Instância Administrativa – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.077.618/2016-1 de 27/07/2015

Auto de Infração de Transporte nº 62301 - SEMOB - Valor: 50 UPF's

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Rosbeck Bucair, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto da Conselheira Relatora, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Rosbeck Bucair; 2. Robson Pereira dos Santos; 3. Luiz Mário Massad G da Silva; 4. Waldemar Alves Lopes; 5. Elias Correia Pedrozo e 6. Jair Alves da Rocha.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Juliette Caldas Miguéis.

Cuiabá, 15 de setembro de 2.016

Rosbeck Bucair
Presidente da Turma

Irone Galindo Cademartori
Conselheira Relatora

Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Juliette Caldas Miguéis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 14 de setembro do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0201/2016

Conselheira Relatora: *Irone Galindo Cademartori*

Recorrente: **EXPRESSO NORTE SUL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Decisão de 1ª Instância Administrativa – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.043.861/2015-1 de 08/05/2015

Auto de Infração de Transporte nº 65718 - SEMOB - Valor: 05 UPF's

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Colocou veículo em operação em más condições de segurança, para-brisa trincado Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 50, XII da Lei nº 1.789/81. Penalidade aplicada nos termos do art. 56, II c/c art. 58. §§1º e 2º, Código 102 do mesmo diploma legal. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Presunção de legitimidade e veracidade do ato administrativo praticado pelo agente público.
2. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
3. Alegações do recorrente não merece guarida, não trouxe aos autos nenhuma prova ou fato novo a contrapor a autuação lavrada.
4. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
5. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
6. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 2ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 14 de setembro do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0201/2016

Conselheira Relatora: *Irone Galindo Cademartori*

Recorrente: **EXPRESSO NORTE SUL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Decisão de 1ª Instância Administrativa – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.043.861/2015-1 de 08/05/2015

Auto de Infração de Transporte nº 65718 - SEMOB - Valor: 05 UPF's

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Rosbeck Bucair, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto da Conselheira Relatora, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Rosbeck Bucair; 2. Robson Pereira dos Santos; 3. Luiz Mário Massad G da Silva; 4. Waldemar Alves Lopes; 5. Elias Correia Pedrozo e 6. Jair Alves da Rocha.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Juliette Caldas Miguéis.

Cuiabá, 15 de setembro de 2.016

Rosbeck Bucair
Presidente da Turma

Irone Galindo Cademartori
Conselheira Relatora

Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Juliette Caldas Miguéis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 14 de setembro do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0202/2016

Conselheira Relatora: *Irone Galindo Cademartori*

Recorrente: **EXPRESSO NORTE SUL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Decisão de 1ª Instância Administrativa – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.088.346/2015-1 de 20/08/2015

Auto de Infração de Transporte nº 62384 - SEMOB - Valor: R\$177,00

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Deixou de fixar no veículo folheto de tarifa. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 1º, II da Lei nº 5.766/13. Penalidade aplicada nos termos do Anexo I, Grupo II, Código "b" do mesmo diploma legal. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Presunção de legitimidade e veracidade do ato administrativo praticado pelo agente público.
2. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
3. Alegações do recorrente não merece guarida, não trouxe aos autos nenhuma prova ou fato novo a contrapor a autuação lavrada.
4. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
5. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
6. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 2ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 14 de setembro do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0202/2016

Conselheira Relatora: *Irone Galindo Cademartori*

Recorrente: **EXPRESSO NORTE SUL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Decisão de 1ª Instância Administrativa – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.088.346/2015-1 de 20/08/2015

Auto de Infração de Transporte nº 62384 - SEMOB - Valor: R\$177,00

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Rosbeck Bucair, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto da Conselheira Relatora, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Rosbeck Bucair; 2. Robson Pereira dos Santos; 3. Luiz Mário Massad G da Silva; 4. Waldemar Alves Lopes; 5. Elias Correia Pedrozo e 6. Jair Alves da Rocha.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Juliette Caldas Miguéis.

Cuiabá, 15 de setembro de 2.016

Rosbeck Bucair
Presidente da Turma

Irone Galindo Cademartori
Conselheira Relatora

Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Juliette Caldas Miguéis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 14 de setembro do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0203/2016

Conselheira Relatora: *Irone Galindo Cademartori*

Recorrente: **EXPRESSO NORTE SUL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Decisão de 1ª Instância Administrativa – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.073.333/2016-1 de 07/07/2016

Auto de Infração de Transporte nº 48905 - SEMOB - Valor: 50 UPF's

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Impedir a ação da fiscalização, desacatando ordens. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência da Lei nº 1.789/81. Penalidade aplicada nos termos do art. 56, II c/c art. 58. §5º, Item 405 do mesmo diploma legal. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do Auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Presunção de legitimidade e veracidade do ato administrativo praticado pelo agente público.
2. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
3. Alegações do recorrente não merece guarida, não trouxe aos autos nenhuma prova ou fato novo a contrapor a autuação lavrada.
4. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
5. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
6. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 2ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 14 de setembro do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0203/2016

Conselheira Relatora: *Irone Galindo Cademartori*

Recorrente: **EXPRESSO NORTE SUL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Decisão de 1ª Instância Administrativa – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.073.333/2016-1 de 07/07/2016

Auto de Infração de Transporte nº 48905 - SEMOB - Valor: 50 UPF's

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Rosbeck Bucair, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto da Conselheira Relatora, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Rosbeck Bucair; 2. Robson Pereira dos Santos; 3. Luiz Mário Massad G da Silva; 4. Waldemar Alves Lopes; 5. Elias Correia Pedrozo e 6. Jair Alves da Rocha.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Juliette Caldas Miguéis.

Cuiabá, 15 de setembro de 2.016

Rosbeck Bucair
Presidente da Turma

Irone Galindo Cademartori
Conselheira Relatora

Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Juliette Caldas Miguéis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 14 de setembro do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0204/2016

Conselheira Relatora: *Irone Galindo Cademartori*

Recorrente: **EXPRESSO NORTE SUL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Decisão de 1ª Instância Administrativa – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.073.334/2016-1 de 07/07/2016

Auto de Infração de Transporte nº 46291 - SEMOB - Valor: 50 UPF's

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Interferir e impedir a ação da fiscalização. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência da Lei nº 1.789/81. Penalidade aplicada nos termos do art. 56, II c/c art. 58. §§1º e 5º, Item 405 do mesmo diploma legal. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do Auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Presunção de legitimidade e veracidade do ato administrativo praticado pelo agente público.
2. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
3. Alegações do recorrente não merece guarida, não trouxe aos autos nenhuma prova ou fato novo a contrapor a autuação lavrada.
4. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
5. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
6. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 2ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 14 de setembro do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0204/2016

Conselheira Relatora: *Irone Galindo Cademartori*

Recorrente: **EXPRESSO NORTE SUL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Decisão de 1ª Instância Administrativa – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.073.334/2016-1 de 07/07/2016

Auto de Infração de Transporte nº 46291 - SEMOB - Valor: 50 UPF's

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Rosbeck Bucair, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto da Conselheira Relatora, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Rosbeck Bucair; 2. Robson Pereira dos Santos; 3. Luiz Mário Massad G da Silva; 4. Waldemar Alves Lopes; 5. Elias Correia Pedrozo e 6. Jair Alves da Rocha.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Juliette Caldas Miguéis.

Cuiabá, 15 de setembro de 2.016

Rosbeck Bucair
Presidente da Turma

Irone Galindo Cademartori
Conselheira Relatora

Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Juliette Caldas Miguéis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 20 de setembro do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0205/2016

Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso voluntário processo nº: 0.029.292/2016-1 de 21/03/2016

Auto de Infração de Transporte nº 50902 -SEMOB - Valor: R\$250,00


EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Descumpriu horário estabelecido na OSO Nº 241015 das 08:35 hs. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 1º, II da Lei nº 5.766/2013. Penalidade aplicada nos termos do Anexo I, Grupo III, Código de Infração "e" do mesmo diploma legal. Alegação genérica. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Preliminar arguida não merece prosperar.
2. Presunção de legitimidade e veracidade.
3. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
4. Infração cometida acarreta prejuízo insanável à coletividade usuária.
5. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
6. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
7. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
8. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 20 de setembro do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0205/2016

Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso voluntário processo nº: 0.029.292/2016-1 de 21/03/2016

Auto de Infração de Transporte nº 50902 -SEMOB - Valor: R\$250,00

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer** o Recurso Voluntário nos termos do voto da Conselheira Relatora, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Paulo César Camargo Ramos; 3. Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Samuel Barrem da Silva e 6. Jose Edemir Moreira Fernandes.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 23 de setembro de 2.016


Pedro Marcelo de Simone
Presidente da Turma


Marli de Paula Vilella
Conselheira Relatora


Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 20 de setembro do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0206/2016

Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso voluntário processo nº: 0.029.293/2016-1 de 21/03/2016

Auto de Infração de Transporte nº 50901 -SEMOB - Valor: R\$250,00

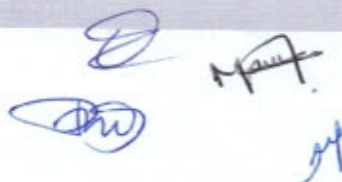
EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Descumpriu horário estabelecido na OSO Nº 241015 das 08:25 hs. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 1º, II da Lei nº 5.766/2013. Penalidade aplicada nos termos do Anexo I, Grupo III, Código de Infração "e" do mesmo diploma legal. Alegação genérica. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Preliminar arguida não merece prosperar.
2. Presunção de legitimidade e veracidade.
3. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
4. Infração cometida acarreta prejuízo insanável à coletividade usuária.
5. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
6. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
7. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
8. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 20 de setembro do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0206/2016

Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*

Recorrente: PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso voluntário processo nº: 0.029.293/2016-1 de 21/03/2016


Auto de Infração de Transporte nº 50901 -SEMOB - Valor: R\$250,00

ACÓRDÃO


Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer** o Recurso Voluntário nos termos do voto da Conselheira Relatora, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Paulo César Camargo Ramos; 3. Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Samuel Barrem da Silva e 6. Jose Edemir Moreira Fernandes.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 23 de setembro de 2.016


Pedro Marcelo de Simone
Presidente da Turma


Marli de Paula Vilella
Conselheira Relatora


Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 20 de setembro do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0207/2016

Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso voluntário processo nº: 0.029.277/2016-1 de 21/03/2016

Auto de Infração de Transporte nº 64430 -SEMOB - Valor: R\$250,00

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Omitiu horário estabelecido pela OSO para empresa das 17:30 hs. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 1º, II da Lei nº 5.766/2013. Penalidade aplicada nos termos do Anexo I, Grupo III, Código de Infração "e" do mesmo diploma legal. Alegação genérica. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Preliminar arguida não merece prosperar.
2. Presunção de legitimidade e veracidade.
3. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
4. Infração cometida acarreta prejuízo insanável à coletividade usuária.
5. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
6. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
7. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
8. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 20 de setembro do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0207/2016

Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*

Recorrente: PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso voluntário processo nº: 0.029.277/2016-1 de 21/03/2016


Auto de Infração de Transporte nº 64430 -SEMOB - Valor: R\$250,00

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer** o Recurso Voluntário nos termos do voto da Conselheira Relatora, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Paulo César Camargo Ramos; 3. Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Samuel Barrem da Silva e 6. Jose Edemir Moreira Fernandes.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 23 de setembro de 2.016


Pedro Marcelo de Simone
Presidente da Turma


Marli de Paula Vilella
Conselheira Relatora


Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 20 de setembro do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0208/2016

Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso voluntário processo nº: 0.029.280/2016-1 de 21/03/2016

Auto de Infração de Transporte nº 64433 -SEMOB - Valor: R\$250,00



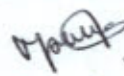

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Omitiu horário estabelecido pela OSO para empresa das 17:55 hs. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 1º, II da Lei nº 5.766/2013. Penalidade aplicada nos termos do Anexo I, Grupo III, Código de Infração "e" do mesmo diploma legal. Alegação genérica. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material: Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Preliminar arguida não merece prosperar.
2. Presunção de legitimidade e veracidade.
3. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
4. Infração cometida acarreta prejuízo insanável à coletividade usuária.
5. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
6. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
7. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
8. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 20 de setembro do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0208/2016

Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*

Recorrente: PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso voluntário processo nº: 0.029.280/2016-1 de 21/03/2016

Auto de Infração de Transporte nº 64433 -SEMOB - Valor: R\$250,00

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer** o Recurso Voluntário nos termos do voto da Conselheira Relatora, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Paulo César Camargo Ramos; 3. Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Samuel Barrem da Silva e 6. Jose Edemir Moreira Fernandes.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 23 de setembro de 2.016




Pedro Marcelo de Simone
Presidente da Turma



Marli de Paula Vilella
Conselheira Relatora



Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 20 de setembro do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0209/2016

Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso voluntário processo nº: 0.029.282/2016-1 de 21/03/2016

Auto de Infração de Transporte nº 64434 -SEMOB - Valor: R\$250,00




EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Omitiu horário estabelecido pela OSO para empresa das 21:07 hs. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 1º, II da Lei nº 5.766/2013. Penalidade aplicada nos termos do Anexo I, Grupo III, Código de Infração "e" do mesmo diploma legal. Alegação genérica. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Preliminar arguida não merece prosperar.
2. Presunção de legitimidade e veracidade.
3. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
4. Infração cometida acarreta prejuízo insanável à coletividade usuária.
5. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
6. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
7. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
8. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 20 de setembro do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0209/2016

Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso voluntário processo nº: 0.029.282/2016-1 de 21/03/2016

Auto de Infração de Transporte nº 64434 -SEMOB - Valor: R\$250,00

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer** o Recurso Voluntário nos termos do voto da Conselheira Relatora, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Paulo César Camargo Ramos; 3. Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Samuel Barrem da Silva e 6. Jose Edemir Moreira Fernandes.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 23 de setembro de 2.016



Pedro Marcelo de Simone
Presidente da Turma



Marli de Paula Vilella
Conselheira Relatora


Jair Alves da Rocha

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 20 de setembro do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0210/2016

Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*

Recorrente: PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso voluntário processo nº: 0.029.296/2016-1 de 21/03/2016

Auto de Infração de Transporte nº 65166 -SEMOB - Valor: R\$250,00

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Omitiu horário estabelecido pela OSO nº 432315 para empresa das 12:27 hs. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 1º, II da Lei nº 5.766/2013. Penalidade aplicada nos termos do Anexo I, Grupo III, Código de Infração "e" do mesmo diploma legal. Alegação genérica. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Preliminar arguida não merece prosperar.
2. Presunção de legitimidade e veracidade.
3. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
4. Infração cometida acarreta prejuízo insanável à coletividade usuária.
5. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
6. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
7. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
8. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais

[Assinaturas manuscritas]

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 20 de setembro do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0210/2016

Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso voluntário processo nº: 0.029.296/2016-1 de 21/03/2016

Auto de Infração de Transporte nº 65166 -SEMOB - Valor: R\$250,00

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer** o Recurso Voluntário nos termos do voto da Conselheira Relatora, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Paulo César Camargo Ramos; 3. Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Samuel Barrem da Silva e 6. Jose Edemir Moreira Fernandes.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 23 de setembro de 2.016



Pedro Marcelo de Simone
Presidente da Turma



Marli de Paula Vilella
Conselheira Relatora



Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 20 de setembro do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0211/2016

Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso voluntário processo nº: 0.029.288/2016-1 de 21/03/2016

Auto de Infração de Transporte nº 50903 -SEMOB - Valor: R\$250,00




EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Omitiu horário estabelecido pela OSO para empresa das 08:45 hs. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 1º, II da Lei nº 5.766/2013. Penalidade aplicada nos termos do Anexo I, Grupo III, Código de Infração "e" do mesmo diploma legal. Alegação genérica. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Preliminar arguida não merece prosperar.
2. Presunção de legitimidade e veracidade.
3. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
4. Infração cometida acarreta prejuízo insanável à coletividade usuária.
5. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
6. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
7. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
8. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 20 de setembro do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0211/2016

Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso voluntário processo nº: 0.029.288/2016-1 de 21/03/2016

Auto de Infração de Transporte nº 50903 -SEMOB - Valor: R\$250,00

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer** o Recurso Voluntário nos termos do voto da Conselheira Relatora, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Paulo César Camargo Ramos; 3. Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Samuel Barrem da Silva e 6. Jose Edemir Moreira Fernandes.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 23 de setembro de 2.016



Pedro Marcelo de Simone
Presidente da Turma



Marli de Paula Vilella
Conselheira Relatora



Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 21 de setembro do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0212 /2016

Conselheiro Relator: *Jair Alves da Rocha*

Recorrente: **EXPRESSO N S TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal De Cuiabá - SEMOB

Recurso Voluntário processo nº: 0.105.763/2015-1 de 05/10/2015

Auto de Infração de Transporte nº 61407 -SEMOB - Valor: 50 UFIR's

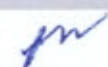
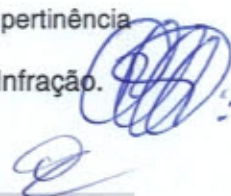
EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Deixar de exibir placa lateral do itinerário no veículo. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 1º da Lei nº 4.406 de 17/07/2003. Penalidade aplicada nos termos do artigo 3º do mesmo diploma legal. Preliminar arguida sem fundamento. Interpretação restritiva. Aplicação Princípio da Especialidade. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. O comando legislativo invocado não exige e nem vincula a prática da notificação no prazo de 15 dias à sua validade ou eficácia.
2. Presunção de legitimidade e veracidade.
3. Infração cometida acarreta dúvida à coletividade usuária no embarque.
4. Agente Fiscalizador do Município observou princípio da especialidade ao impor a penalidade.
5. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
6. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
7. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
8. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
9. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 2ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 21 de setembro do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0212 /2016

Conselheiro Relator: *Jair Alves da Rocha*

Recorrente: **EXPRESSO N S TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal De Cuiabá - SEMOB

Recurso Voluntário processo nº: 0.105.763/2015-1 de 05/10/2015

Auto de Infração de Transporte nº 61407 -SEMOB - Valor: 50 UFIR's

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Rosbeck Bucair, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Elias Correia Pedrozo; 2. Robson Pereira dos Santos; 3. Irone Galindo Cademartori; 4. Waldemar Alves Lopes; 5. Rosbeck Bucair e 6. Luiz Mario Massad Gomes da Silva.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Juliette Caldas Miguéis

Cuiabá, 23 de setembro de 2.016

Rosbeck Bucair
Presidente da Turma

Jair Alves da Rocha
Conselheiro Relator

Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Juliette Caldas Miguéis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 21 de setembro do ano 2016

Acórdão e Ementa nº 0213 /2016

Conselheiro Relator: *Jair Alves da Rocha*

Recorrente: **EXPRESSO N S TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal De Cuiabá - SEMOB

Recurso Voluntário processo nº: 0.105.754/2015-1 de 05/10/2015

Auto de Infração de Transporte nº 61418 -SEMOB - Valor: 50 UFIR's

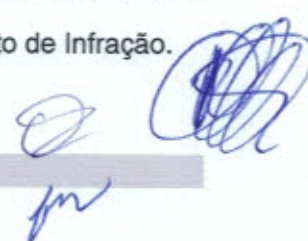
EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Deixar de exibir placa lateral do itinerário no veículo. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 1º da Lei nº 4.406 de 17/07/2003. Penalidade aplicada nos termos do artigo 3º do mesmo diploma legal. Preliminar arguida sem fundamento. Interpretação restritiva. Aplicação Princípio da Especialidade. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. O comando legislativo invocado não exige e nem vincula a prática da notificação no prazo de 15 dias à sua validade ou eficácia.
2. Presunção de legitimidade e veracidade.
3. Infração cometida acarreta dúvida à coletividade usuária no embarque.
4. Agente Fiscalizador do Município observou princípio da especialidade ao impor a penalidade.
5. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
6. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
7. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
8. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
9. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 2ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 21 de setembro do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0213 /2016

Conselheiro Relator: *Jair Alves da Rocha*

Recorrente: **EXPRESSO N S TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal De Cuiabá - SEMOB

Recurso Voluntário processo nº: 0.105.754/2015-1 de 05/10/2015

Auto de Infração de Transporte nº 61418 -SEMOB - Valor: 50 UFIR's

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Rosbeck Bucair, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Elias Correia Pedrozo; 2. Robson Pereira dos Santos; 3. Irone Galindo Cademartori; 4. Waldemar Alves Lopes; 5. Rosbeck Bucair e 6. Luiz Mario Massad Gomes da Silva.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Juliette Caldas Migueis

Cuiabá, 23 de setembro de 2.016

Rosbeck Bucair
Presidente da Turma

Jair Alves da Rocha
Conselheiro Relator

Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Juliette Caldas Migueis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 21 de setembro do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0214 /2016

Conselheiro Relator: *Jair Alves da Rocha*

Recorrente: **EXPRESSO N S TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal De Cuiabá - SEMOB

Recurso Voluntário processo nº: 0.105.760/2015-1 de 05/10/2015

Auto de Infração de Transporte nº 61412 -SEMOB - Valor: 50 UFIR's

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Deixar de exibir placa lateral do itinerário no veículo. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 1º da Lei nº 4.406 de 17/07/2003. Penalidade aplicada nos termos do artigo 3º do mesmo diploma legal. Preliminar arguida sem fundamento. Interpretação restritiva. Aplicação Princípio da Especialidade. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. O comando legislativo invocado não exige e nem vincula a prática da notificação no prazo de 15 dias à sua validade ou eficácia.
2. Presunção de legitimidade e veracidade.
3. Infração cometida acarreta dúvida à coletividade usuária no embarque.
4. Agente Fiscalizador do Município observou princípio da especialidade ao impor a penalidade.
5. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
6. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
7. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
8. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
9. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 2ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 21 de setembro do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0214 /2016

Conselheiro Relator: *Jair Alves da Rocha*

Recorrente: **EXPRESSO N S TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal De Cuiabá - SEMOB

Recurso Voluntário processo nº: 0.105.760/2015-1 de 05/10/2015

Auto de Infração de Transporte nº 61412 -SEMOB - Valor: 50 UFIR's

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Rosbeck Bucair, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Elias Correia Pedrozo; 2. Robson Pereira dos Santos; 3. Irone Galindo Cademartori; 4. Waldemar Alves Lopes; 5. Rosbeck Bucair e 6. Luiz Mario Massad Gomes da Silva.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Juliette Caldas Migueis

Cuiabá, 23 de setembro de 2.016

Rosbeck Bucair
Presidente da Turma

Jair Alves da Rocha
Conselheiro Relator

Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Juliette Caldas Migueis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 21 de setembro do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0215 /2016

Conselheiro Relator: *Jair Alves da Rocha*

Recorrente: **EXPRESSO N S TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal De Cuiabá - SEMOB

Recurso Voluntário processo nº: 0.105.764/2015-1 de 05/10/2015

Auto de Infração de Transporte nº 61411 -SEMOB - Valor: 50 UFIR's

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Deixar de exibir placa lateral do itinerário no veículo. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 1º da Lei nº 4.406 de 17/07/2003. Penalidade aplicada nos termos do artigo 3º do mesmo diploma legal. Preliminar arguida sem fundamento. Interpretação restritiva. Aplicação Princípio da Especialidade. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. O comando legislativo invocado não exige e nem vincula a prática da notificação no prazo de 15 dias à sua validade ou eficácia.
2. Presunção de legitimidade e veracidade.
3. Infração cometida acarreta dúvida à coletividade usuária no embarque.
4. Agente Fiscalizador do Município observou princípio da especialidade ao impor a penalidade.
5. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
6. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
7. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
8. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
9. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 2ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 21 de setembro do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0215 /2016

Conselheiro Relator: *Jair Alves da Rocha*

Recorrente: **EXPRESSO N S TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal De Cuiabá - SEMOB

Recurso Voluntário processo nº: 0.105.764/2015-1 de 05/10/2015

Auto de Infração de Transporte nº 61411 -SEMOB - Valor: 50 UFIR's

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Rosbeck Bucair, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos, em conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Elias Correia Pedrozo; 2. Robson Pereira dos Santos; 3. Irone Galindo Cademartori; 4. Waldemar Alves Lopes; 5. Rosbeck Bucair e 6. Luiz Mario Massad Gomes da Silva.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Juliette Caldas Migueis

Cuiabá, 23 de setembro de 2.016

Rosbeck Bucair
Presidente da Turma

Jair Alves da Rocha
Conselheiro Relator

Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Juliette Caldas Migueis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 27 de setembro do ano 2016

Acórdão e Ementa nº 0216/2016

Conselheira Relatora: *Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal*

Conselheiro Revisor: *Vitor de Oliveira Tavares*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.016.170/2015-1 de 26/02/2015

Auto de Infração de Transporte nº 44811- SEMOB - Valor: R\$500,00

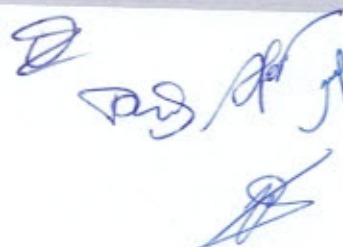
EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Rampa do elevador PNE estragado. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 17, II, IX da Lei nº 4094/01 regulamentada pelo Decreto nº 4.214/2004. Penalidade aplicada nos termos do Anexo 3, Grupo 5, Código de Infração "a" do mesmo diploma legal. Preliminar arguida rejeitada. Aplicação Princípio da Especialidade. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento merece reparo. **Penalidade deve ser a prevista no Anexo 3, Grupo 3, item "d" do mesmo diploma legal.** Manutenção parcial do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância reformada.

1. Instituto da prescrição pleiteado não encontra respaldo jurídico.
2. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da prescrição.
3. Infração cometida acarreta prejuízos insanável à coletividade usuária.
4. Agente Fiscalizador do Município observou princípio da especialidade ao impor a penalidade.
5. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
6. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
7. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
8. Dispositivos legais municipais aplicados devem ser reformado para enquadrar melhor a conduta do autuado, **devendo o recorrente recolher aos Cofres Públicos R\$30,00 (trinta reais) devidamente corrigidos.**
9. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e provido parcialmente.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 21 de junho do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0127/2016

Conselheira Relatora: *Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal*

Recorrente: INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.030.888/2015-1 de 02/04/2015

Auto de Infração de Transporte nº 42121- SEMOB - Valor: R\$30,00

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone, na conformidade da ata de julgamento, **por maioria de votos, em conhecer e prover parcialmente** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Revisor, **reformando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Revisor os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Paulo César Camargo Ramos; 3. Samuel Barrem da Silva; 4. Marli de Paula Vilella.

O conselheiro, Jose Edemir Moreira Fernandes apresentou voto divergente apartado.

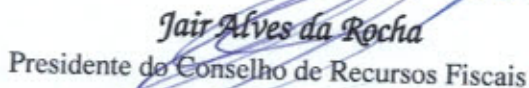
Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

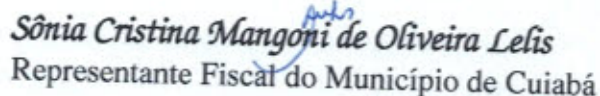
Cuiabá, 30 de setembro de 2.016


Pedro Marcelo Simone
Presidente da Turma


Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal
Conselheira Relatora


Vitor de Oliveira Tavares
Conselheiro Revisor


Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá